

ADRIANO DUARTE RODRIGUES \*

### A INFORMAÇÃO E O PODER POLÍTICO

Muito se tem escrito acerca das relações entre o campo político e a informação para sublinhar os processos de manipulação de que a informação é objecto por parte do poder político e para reivindicar a autonomia dos órgãos de comunicação social, confundida demasiado depressa com a liberdade de expressão. Em torno desta fórmula se formou um aparente consenso em todos os quadrantes ideológicos que se identificam com os ideais democráticos. No entanto, é em nome da liberdade de expressão e da democracia que se perpetraram hoje, em praticamente todos os países com regime parlamentar, formas de tirania e limitações ao direito de acesso aos órgãos de informação.

É impossível delinear todos os contornos e descrever todos os aspectos das relações que se estabelecem hoje entre o poder político e a informação nos regimes democráticos, mas os seus resultados são particularmente notórios não só por ocasião das campanhas eleitorais mas também no relacionamento dos governantes com os *media*. Os órgãos de informação tornaram-se, assim, nas democracias, cada vez menos claramente meios de informação, de difusão de projectos de sociedade, de programas políticos, e cada vez mais obviamente um campo social de encenação pública de imagens de marca que emprestam aos políticos e que eles próprios fabricam em função da sua própria estratégia de diversão e sedução. O campo político, por seu lado, molda-se à lógica publicitária e do *marketing* em detrimento da sua função ideológica tradicional. Este fenómeno con-

---

\* Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Coordenador do Departamento de Comunicação Social.

tribui poderosamente para a ideologia post-moderna da impropriamente chamada morte das ideologias.

Nas sociedades democráticas generaliza-se hoje a ideia de que o poder tende para a transparência total dos seus actos, esquecendo que o poder não é função da transparência mas do segredo, que não é o detentor da informação mas o detentor do segredo que é dono do poder, ao passo que partilhar o saber não é deter mas disseminar o poder. Regida não pelo princípio do segredo, mas pelo princípio da transparência, a informação contribui para o fenómeno da deslocação dos segredos de Estado, banalizando e despoletando os segredos revelados. Nas sociedades democráticas, onde o campo da informação penetra o conjunto do tecido social, o trabalho do poder consiste, por conseguinte, na deslocação interminável das zonas de segredo. Como se processa então este trabalho de deslocação do segredo nas sociedades democráticas? É através do mecanismo da revelação das margens do tecido social, criando a ilusão da totalidade, da transparência total, do acesso directo e espontâneo ao mundo, aos acontecimentos, aos factos que os *media* camuflam, desviando pudicamente os olhares das zonas de sombra do poder democrático. Por outras palavras, a informação torna-se hoje o meio obrigatório de publicidade do real, da encenação mediática do efeito de realidade. O que se desloca assim para a zona do *secreto*, de que precisamente o poder democrático se alimenta, é o acesso não-mediatizado ao real, onde o sujeito emerge como fonte de poder efectivo, como poder da palavra. Neste jogo, entre, por um lado, relação mediatizada a uma totalidade espectacular ou encenada pelos *media*, instantânea e directa, e, por outro lado, relação imediata ao real fraccionado e parcelar, se gera a mais-valia política das sociedades democráticas. A natureza ficcional da relação mediatizada corresponde a estratégia sedutora da dominação que substitui a estratégia violenta das sociedades não informatizadas, daquelas em que não é a informação sedutora mas a repressão violenta da palavra que mantém o segredo e alimenta a dominação.

#### *Breve balanço de dez anos de informação democrática em Portugal*

Antes do 25 de Abril, esta questão não se punha com clareza em Portugal, dado que o poder político era constituído fundamentalmente, e salvo raras excepções, não através de uma estratégia sedutora, mas repressiva. Os meios de comunicação social não constituíam propriamente um campo social

com suficiente autonomia para garantir o seu papel de encenação sedutora do poder. Era-lhes reconhecido o papel repressor da palavra do cidadão, impedindo que se tornasse sujeito autónomo de expressão. Apesar de episodicamente tentarem constituir-se como porta-vozes autónomos de oposições mais ou menos organizadas e como agentes de transparência ideológica efectiva, os órgãos de informação não conseguiram implementar a consolidação da autonomia, nomeadamente devido à existência de uma instituição tutelar e cerceadora, a censura prévia. A dependência em relação ao pequeno número de famílias que controlavam a totalidade do campo económico poderia ter incentivado uma certa autonomia em relação ao campo político, à semelhança do que acontecia em muitos outros países, desde os anos 40 e, nalguns casos, desde os finais do século XIX. Mas teria sido preciso que o campo económico possuísse suficiente autonomia e dinamismo e não fosse, como acontecia em Portugal, ele próprio estritamente cerceado pelo poder corporativo do Estado Novo. Neste contexto, os meios de comunicação social eram fundamentalmente um aparelho de propaganda do regime, correias de transmissão dos seus actos e propósitos.

Depois do 25 de Abril, mercê sobretudo da nacionalização da banca, de que a maioria dos grandes órgãos de imprensa dependiam, assistimos a um fenómeno extremamente curioso, original e contraditório. Por um lado, a ideologia revolucionária não comportava um real projecto de autonomização positiva da comunicação social, limitando-se apenas, negativamente, à abolição da censura prévia. Mas, por outro lado, não pondo fundamentalmente em causa o regime tradicional de propriedade da imprensa escrita, apertou-se ainda mais a sua dependência em relação ao poder político, como resultado indirecto da nacionalização da banca. A liberdade de fundação de novos órgãos de imprensa escrita, sobretudo privados e cooperativos, tornou-se assim uma ocasião permanente de conflito devido à consequente situação de desigualdade de tratamento por parte do Estado dos vários órgãos de imprensa, atribuindo à imprensa estatizada e intervencionada dotações orçamentais importantes que são negadas à imprensa privada e cooperativa, obrigadas a viver quase exclusivamente das receitas publicitárias e dos donativos ocasionais dos apoiantes.

A televisão, por seu lado, beneficiando do estrito monopólio estatal, passou da tutela do Estado Novo para a tutela ideológica dos partidos que foram sucessivamente ocupando o poder. Esta situação é o resultado lógico da concepção dominante de que a televisão, pela sua força de penetração no tecido social, é a arma de propaganda ou de guerra psicológica

de que o poder político entende não poder prescindir para se manter. Por esse motivo, as suas administrações são nomeadas pelo Governo em função de critérios predominantemente partidários, com a consequente instabilidade da empresa, conflitos de interesses, influências estritamente políticas e a imbecilidade que caracteriza as suas programações. A desconfiança geral em relação à propaganda que veicula e a total asfixia cultural da produção própria tem convertido esta autêntica máquina de guerra ideológica numa difusora de enlatados estrangeiros de gosto muitas vezes duvidoso.

Quanto à radiodifusão sonora, idêntico raciocínio levou à estatização de quase todas as estações emissoras, com excepção da emissora católica, a *Rádio Renascença*. Mercê, no entanto, da maior flexibilidade e diversidade dos seus programas, ambas as estações têm garantido, ocasionalmente, uma presença radiofónica original digna de interesse. O actual processo de regionalização faz aliás augurar uma mudança positiva e prever uma programação menos monolítica.

De uma maneira geral, podemos dizer que, no quadro do novo regime político, a comunicação social no nosso país não saiu dignificada nem clarificou ainda o seu papel. Contribuem para esta situação caótica reflexos ideológicos herdados do regime deposto em Abril de 1974 que os próprios dirigentes partidários não estão muito interessados em pôr em causa no quadro formal da democracia. A isso os encorajam dois factores importantes que têm a ver com o estado cultural do tecido social português. Por um lado, a pequena e média burguesia, onde se recrutam as clientelas eleitorais, que acedeu repentinamente a um poder de compra desajustada às suas ambições culturais, não possui critérios e esclarecimento para pôr fundamentalmente em questão a dominação política dos órgãos de comunicação social. Por outro lado, a percentagem elevada de analfabetos (mais de 30%) impede a constituição de novos discursos capazes de impor formas alternativas de autonomia. A estes factores internos, respeitantes à própria estrutura social que alimenta o poder político, vêm hoje juntar-se razões que têm a ver com a própria mutação em curso no campo dos *media* neste último quartel do século XX e com as leituras contraditórias que circulam a respeito desta mutação.

#### *Da comunicação de massa à comunicação informatizada*

O modelo dominante que alimenta o imaginário do discurso político sobre a comunicação no nosso país é anacrónico: cor-

responde ao modelo dos finais do século XIX, ao modelo que saiu da era da industrialização dominada pelo conceito economicista de produção. A informação é, neste modelo, concebida como arma de mobilização ideológica em função de grandes movimentos de massa susceptíveis de legitimar quantitativamente o poder representativo. Está intimamente associada, por conseguinte, tanto à euforia bélica do nazismo, prolongada pela guerra fria até aos começos dos anos 60, como à euforia consumista orientada para o aumento da produção industrial.

Neste contexto, a comunicação social é orientada pela estratégia de neutralização das contradições sociais através da constituição de um campo homogeneizador, portador de um discurso de anulação das diferenças e das razões antagónicas perturbadoras do funcionamento da produção industrial. Ela tende para a formação de uma cultura média, niveladora do gosto e das razões, susceptível de circular pelos mais diversos espaços sociais. Ao contrário da imprensa dos séculos XVIII e XIX, portadora de projectos políticos com que se identificavam os seus diversos públicos, a comunicação de massa tende para a anulação desses diferentes projectos criando uma forma específica de discurso, o chamado discurso jornalístico, e de uma tecnologia pesada, adequada ao fabrico do efeito de realidade.

Os *media* de massa passaram a servir uma estratégia performativa e tornaram-se assim autênticas indústrias da palavra, produtores da conformidade social, ditando normas de comportamento adequadas às injunções do interesse económico dos grandes grupos financeiros, assimilado ao interesse colectivo. Graças ao seu poder de circulação pelo conjunto do tecido social, tornaram-se o dispositivo de remitificação, actualizando através das suas narrativas menores (telenovelas, discurso informativo, séries TV) a grande narrativa fundadora, capaz de dar sentido e coerência à finitude e à incoerência dos acontecimentos quotidianos que fazem a trama fragmentária da modernidade.

O modelo da comunicação de massa entrou um pouco por toda a parte em profunda crise desde os finais dos anos 60, mercê nomeadamente das novas condições económicas e sociais assim como da própria lógica que passou a presidir à inovação tecnológica. A crise de identidade das sociedades industrializadas, assente na descolonização e na descoberta generalizada dos mecanismos de exploração dos países do Terceiro Mundo, a dúvida quanto ao modelo económico baseado em investimentos pesados, poluidores e destruidores dos recursos naturais, conduziram a profundas alterações da correlação de forças entre povos e culturas. A título de exemplo, veja-se a íntima relação entre as propostas da UNESCO em matéria económica e as

propostas consignadas sob a epígrafe da nova ordem da informação, consagrada pelo célebre relatório McBride.

Por seu lado, a miniaturização e o aligeiramento das máquinas da informação tornaram depressa anacrónicas as gigantes máquinas da comunicação de massa. A larga difusão do transistor, do Super-8, do video portátil, dos circuitos integrados por cabos co-axiais de cobre e das redes de fibra óptica, a comercialização em curso de satélites de telecomunicações, tornaram potencialmente todos presentes a todos, abolindo fronteiras entre povos e culturas, criando as condições para a comunicação interactiva. Passou assim a escapar cada vez mais ao controlo dos governantes a grande máquina discursiva dos *media*.

#### *A emergência da questão comunicacional*

É neste contexto que assistimos hoje de novo ao confronto entre as posições humanistas e as posições instrumentalistas como tentativa para redefinir as relações entre o campo político e o campo da informação.

O que se joga neste confronto é, de facto, o fracasso dos discursos do campo político herdados do passado e que ignoram ou fingem ignorar o lugar central que os *media* ocupam, sobretudo desde os meados dos anos 60, na própria organização do tecido social contemporâneo.

As forças que têm dominado a cena política nestes últimos dez anos em Portugal ainda não parecem ter-se dado conta do fracasso generalizado dos processos consensualistas que presidiram à emergência da cultura de massas. Têm-se por isso limitado a gerir a alternância da manipulação dos órgãos de informação, evitando reflectir sobre a sua natureza, temendo talvez, confusamente, pôr em questão o próprio fundamento do poder.

A medida que se cava o abismo entre o campo político e o campo da informação, a problemática comunicacional vai assim ocupando o centro do próprio debate político, sob dois aspectos intimamente relacionados entre si, o aspecto tecnológico e o aspecto discursivo.

O actual processo de inovação tecnológica é, fundamentalmente, de natureza informativa e, em grande parte, distinto do processo que deu origem ou, pelo menos, acompanhou a chamada revolução industrial. Não é ditado pela tópica da produção vs. consumo que alimentou o imaginário político herdado da questão social do século XIX, opondo o marxismo ao liberalismo. Em seu lugar, projecta múltiplas questões novas,



de que sobressai hoje a questão ecológica, exacerbando a crise do produtivismo e da ideia de progresso linear que o legitimava.

As novas máquinas, cibernéticas e telemáticas, escapam em grande parte ao controlo do Estado, abatem as fronteiras nacionais, pervertem as categorias do espaço e do tempo que definiam as solidariedades e os antagonismos constituídos e que fundamentavam as próprias estruturas políticas democráticas. A tecno-estrutura torna-se hoje uma esfera autónoma na medida em que as técnicas não são meros instrumentos ao serviço da produção de bens ou de mercadorias necessárias à satisfação de necessidades, mas máquinas produtoras de modelos, não são propriamente factores de produção, mas produtores ou factores de modelização. São por isso a paródia maquínica do poder, que sempre quis fazer crer, contra tudo e contra todos, na existência inquestionável de uma realidade dura, da natureza fixa de necessidades naturais e de urgências, assim como na sua missão nobre de as satisfazer. A esta função humanista do poder responde hoje a tirania da informática sobre o poder, obrigando-o, de boa ou má mente, a prosseguir a sua tarefa graças ao contributo destas novas máquinas de fabrico ilimitado de sempre novas necessidades.

A lógica clássica em que o poder democrático navega é disjuntiva: ou direita ou esquerda, ou nós ou os outros, ou a guerra ou a paz. Nesta disjunção se fundamenta o seu maniqueísmo congénito. É precisamente esta miragem que naturaliza tanto a visão humanista como a visão instrumental da tecnologia. As técnicas seriam assim meros instrumentos dóceis nas mãos dos seus utilizadores. O imaginário revolucionário é, deste ponto de vista, irmão gémeo do imaginário reaccionário, ao pretender que a salvação do mundo depende do bom uso, das boas mãos que detêm a propriedade das máquinas.

Se de facto esta lógica pode ter funcionado até certo ponto na época do desenvolvimento industrial, ela é hoje completamente anacrónica em virtude da natureza totalizante e autónoma dos dispositivos tecnológicos. A informática não se adequa a um uso fixo nem a uma realidade estável; é um dispositivo de produção de «efeitos especiais», performatividade pura. A sua lógica não é por isso disjuntiva mas copulativa (e... e...). Não é o seu uso que naturaliza os efeitos e lhes dita a performatividade; é a própria performatividade da máquina e os seus efeitos que naturalizam o seu uso. Por isso, as novas tecnologias não alimentam nem subvertem a ordem estabelecida; não servem para reproduzir nem para inverter o poder. São antes máquinas de perversão, na medida em que fragmentam todas as ordens, anulam as disjunções, atravessam todas as territoria-

lidades, nomeadamente as territorialidades geográficas que presidiram ao processo de sedentarização e à instauração das soberanias nacionais. Com a radiodifusão por satélite de difusão directa que se anuncia, assistimos a um processo de internalização do exterior, análogo ao processo que observamos com a instalação dos mísseis nucleares na Europa: substitui-se o campo militar pelo campo policial, a estratégia bélica pelas estratégias disseminadas do terrorismo.

Graças à sua aceleração vertiginosa, as novas tecnologias anulam as distâncias e reduzem tendencialmente a zero o tempo de resposta, tornando completamente anacrónico o debate tradicional sobre a unidireccionalidade da comunicação de massa. Pela sua natureza modelizadora, as novas máquinas de comunicação interiorizam de antemão sob o modo previsional todas as respostas possíveis na própria programação da pergunta, programam todos os resultados virtuais na problemática enunciada. Os jogos de computador que se têm popularizado ultimamente entre nós são, a este respeito, elucidativos. A generalização dos centros de dados e do teleprocessamento assemelhar-se-á logicamente, a um nível incomensurável, à natureza performativa que observamos nos jogos de computador que inundam hoje o mercado e que ocupam, sobretudo nos centros urbanos, mais de metade do tempo de milhares de crianças portuguesas. Tal como na estratégia nuclear, em que o agressor é instantaneamente também o agredido e vice-versa, nas novas tecnologias da comunicação, o objecto é instantaneamente o sujeito da mensagem e vice-versa. Não se pode por conseguinte falar já de diálogo nem de subversão da palavra do outro, mas de perversão, pelo modelo, da própria distinção entre interlocutores.

O aspecto discursivo está portanto intimamente relacionado com o aspecto tecnológico. São os dois lados de uma mesma moeda, a da produção do corpo social identitário.

As novas tecnologias da informação marcam de facto uma viragem na razão epistemológica que, por um lado, se inscreve no processo de fragmentação «dediferenciante» do saber, processo que se encetou de maneira positiva a partir do século XVII <sup>(1)</sup> e, por outro lado, se apresenta, sob o signo da nova enciclopédia ou da nova suma interdisciplinar como

<sup>(1)</sup> Ver a este propósito as obras de Michel Foucault, *Les mots et les choses*, Paris, Minuit, 1966, e *L'Archéologie du savoir*, Paris, Minuit, 1969.



processo reunificador das diversas razões, como uma nova aliança <sup>(2)</sup>.

Face à labilidade ou instabilidade do corpo social, o discurso é a prática social que se inscreve à superfície das coisas, unificando e regenerando as razões fragmentadoras e degenerescentes do corpo social. O próprio discurso é, assim, técnica disciplinar e disciplinadora, ortopedia e terapêutica dos corpos <sup>(3)</sup>. É por isso o substituto performativo da ordem da representação clássica. À razão una e unificadora, modelo divino das cópias finitas da cidade, pedagogia de desmascaramento e de regeneração dos simulacros enganosos, dos falsos modelos, a discursividade moderna substitui hoje a performatividade do poder, assimilado ao poder dizer gerador de *performances* submissas, controladas e vigiadas. Poder de produção do «senso comum», enquanto máquina unificadora identitária, poder de produção do «bom senso» enquanto dispositivo regenerador da teratologia social <sup>(4)</sup>.

A comunicação de massas foi, pelo menos durante cinco décadas, o ensaio geral da nova ordem disciplinar, ensaio sem dúvida imperfeito, na medida em que, entre os dispositivos técnicos e o discurso, entre as máquinas de comunicação e os dispositivos performativos do poder, persistia o hiato intransponível tanto das razões diferenciadoras como da concepção representativa clássica das palavras, mas ensaio apesar de tudo da interiorização do modelo performativo como ideal identitário do poder. No diferendo insanável entre as razões concorrentes à homogeneização do tecido social fragmentário se fundava o reino da logomaquia característica da modernidade <sup>(5)</sup>. É precisamente este diferendo que as novas tecnologias e a nova discursividade procuram afanosamente anular com o advento da condição a que Jean-François Lyotard dá o nome de pós-modernidade <sup>(6)</sup>.

<sup>(2)</sup> Sobre o tema da nova aliança, ver Prigogine e Stengers, *La nouvelle Alliance*, Paris, Gallimard.

<sup>(3)</sup> Ver a este propósito Michel Foucault, *Surveiller et punir*, Minuit, 1975.

<sup>(4)</sup> Para abordagem desta questão ver Gilles Deleuze, *Logique du Sens*, Paris, Minuit, 1969, muito particularmente as pp. 92 a 100.

<sup>(5)</sup> Enunciei esta problemática em *O campo dos media*, Col. Comunicação e Linguagens, 1, Lisboa, Regra do Jogo, 1984.

<sup>(6)</sup> Ver a este propósito duas obras particularmente esclarecedoras de Jean-François Lyotard, *La condition post-moderne*, Paris, Minuit, 1979 e *Le différend*, Paris, Minuit, 1983.